



No Santelmo da Agricultura e Instrução: Livro de Leitura para a Infância Brasileira na Província de Goiás Oitocentista

Suzana Lopes de Albuquerque¹

Dayanna Pereira dos Santos²

Resumo: Este artigo analisa a obra *Catechismo de Agricultura*, escrita em 1861 por Antonio de Castro Lopes (1827-1901), escritor, médico homeopata, tradutor, dramaturgo, latinista, professor, poeta, gramático e político, nascido no Rio de Janeiro. Esta obra foi escrita para as escolas de primeiras letras, relacionando a instrução e o trabalho sob a lente de um projeto científico e civilizador. O *Catechismo de Agricultura* apresenta uma cientificidade proposta pela escola moderna, que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos, seu projeto instrucional é dedicado às crianças brasileiras e objetivava integrá-las a um projeto civilizador que vislumbrava o uso social e cultural da terra, relacionando ciência e prática da agricultura, que engendrava tanto as práticas de leitura e escrita quanto o ofício, a arte do fazer. Quanto à metodologia utilizada, parte-se do levantamento de fontes arquivísticas, como livro de leitura elementar do Período Imperial e de referências bibliográficas fundamentadas em Boto (2012), Chartier (2012) e Choppin (2004), que tratam da história do livro, das práticas de leitura do rito das práticas da escola primária. A análise desse livro de leitura elementar possibilitou compreender a instrução para a infância sob o prisma do ofício da agricultura permeada pela categoria do trabalho.

Palavras-Chave: Livro. Catecismo. Instrução primária. Agricultura. Infância.

In the Santelmo of Agriculture and Instruction: Book of Reading for the Brazilian Childhood in the Province of Goiás Eighteenth Century

Abstract: This article analyzes the work *Catechism of Agriculture*, written in 1861 by Antonio de Castro Lopes (1827-1901), writer, homeopathic physician, translator, playwright, latinist, teacher, poet, grammarian and politician, born in Rio de Janeiro. This work was written for schools of first letters, relating education and work under the lens of a scientific and civilizing project. The *Catechism of Agriculture* presents a scientificity proposed by the modern school, which adopts a preoccupation with time, space and pedagogical tasks, its instructional project is dedicated to Brazilian children and aims to integrate them into a civilizing project that envisions the social and cultural relationship of the land, relating agriculture science and practice, which engendered both the practice of reading and writing as the craft, the art of doing. As for the methodology used, it is based on the collection of archival sources, such as an elementary reading book from the Imperial Period and bibliographical references based on Boto (2012), Chartier (2012) and Choppin (2004) of the practices of reading the rite of primary school practices. The analysis of this book of elementary reading made it possible to understand instruction for childhood under the prism of the craft of agriculture permeated by the category of work.

Keywords: Book. Catechism. Instruction Primary. Agriculture. Childhood.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora de Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Oeste Goiânia/GO).

² Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG). Professora de Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Anápolis/GO).



Introdução

A escola primária do Império brasileiro tem sido criticada por suas carências e incompletudes, sendo culpada por não oferecer sequer espaço físico destinado à vida escolar, bem como, utensílios, livros, mobiliários, além da falta de pessoal docente qualificado e métodos apropriados para o ensino. Na contramão de um olhar tendencioso para a completa inoperância de um debate pedagógico na instrução primária oitocentista brasileira, vislumbra-se com este trabalho, apontar a circulação de saberes no campo da instrução pública primária da Província de Goiás, que tinha os afazeres em seu cotidiano das escolas de primeiras letras, de certa forma, influenciados por materiais e métodos de ensino baseados nos saberes internacionalmente postos no território das ideias pedagógicas da Modernidade.

No âmbito da análise das fontes pertinentes ao campo da instrução pública de Goiás oitocentista, direciona-se o olhar para o impresso *Catechismo de Agricultura*, escrito em 1861 por Antonio de Castro Lopes. O contato inicial com a existência dessa obra deu-se através da descoberta de uma carta escrita pelo autor, divulgando seu opúsculo para uso das escolas de instrução primária da Província de Goiás. Mediante diversas buscas, foi localizada sua presença física no Instituto Histórico do Ceará.

A localização de livros de leitura elementar impressos e divulgados em diferentes províncias brasileiras no século XIX remete aos caminhos do fazer historiográfico, onde, por meio de buscas em arquivos foram observadas as representações que os conselheiros da Instrução Pública Primária em diferentes províncias lançaram sobre um livro de leitura elementar. No processo de localização dessas fontes, observa-se que:

[...] a experiência mostra que é mais pela leitura das notas de rodapé de um artigo, de um livro ou de uma tese, ou ainda em meio a uma discussão ou troca de e-mail com alguma colega, que passamos a conhecer a existência de trabalhos ou publicações que podem nos interessar (CHOPPIN, 2004, p. 551).

O conhecimento sobre a existência do livro *Catechismo de Agricultura* deu-se a partir da localização de uma carta do próprio autor, Antonio de Castro Lopes³, datada de 1862, localizada no

³ Segundo Bortolanza (1999), Antonio de Castro Lopes, autor de inúmeras obras, nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1827, e faleceu em 1901. Era apontado, em diversas de suas obras, como “Doutor Castro Lopes”. Antonio, além de ser escritor de variados assuntos, foi médico homeopata, tradutor, dramaturgo, latinista, professor, poeta, gramático e político. Sua formação em matemática aconteceu em 1848 e um ano depois já ministrava aulas de matemática no imperial Colégio Pedro II. Como membro representante da Assembleia, foi nomeado ministro das Finanças em 1854 e das Relações Exteriores em 1859.



Arquivo Público do Estado de Goiás⁴ e endereçada ao presidente da Província de Goiás para uma propaganda de seu opúsculo. Pensando com Choppin (2004), o alargamento das fontes no campo da historiografia para além de documentos oficiais permite que tais manuscritos e impressos como livros de leitura sejam historicizados, apresentando elementos sobre os ritos das práticas da escola primária.

A uma escrita literária trabalhada no campo das empirias, do econômico, demográfico e estruturas foram incorporados novos objetos e territórios, como as “atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc.” (CHARTIER, 1990, p. 14). A possibilidade de se debruçar sobre objetos, como os materiais e métodos de ensino postos em circulação na escola primária no Império do Brasil, demarca a necessidade de se analisar seus modos de difusão, apropriação e embates em um contexto de representações concorrentes.

Dessa forma, para além da descrição dos elementos teóricos presentes na obra *Catechismo de Agricultura* (1869), neste artigo serão apresentadas algumas representações de diferentes Conselheiros da Instrução Primária de diferentes Províncias do Brasil oitocentista para que sejam identificados momentos de construção da realidade social. Segundo Chartier (1990), o objetivo dessa história, que transcende o caráter pragmático e utilitário do documento, a história cultural, é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

A utilização de impressos não oficiais como fonte de pesquisa possibilitou que livros de leitura elementar como o *Catechismo de Agricultura* (1869), tornassem objeto de análises e reflexões históricas. E, para tanto, fundamentou-se em autores como Chartier (2002) acerca do conceito de representações sobre o livro de leitura, e, ainda, em autores como Viana (2016) para entender a relação entre o processo civilizador, a instrução e a criança. Observa-se que esse livro de leitura elementar engendrou uma proposta de escola, infância, instrução e agricultura, permeando o processo civilizador no Brasil do século XIX. Ao descrever o mundo brasileiro em sua vegetação frondosa e bela que por todos os montes e vales se ostenta majestosa, conclama aos meninos estudantes a se debruçarem sobre a agricultura, em sua ciência de “cultivar a terra”.

⁴ Localizado no Centro Cultural Marieta Telles Machado - Praça Cívica, nº 2, Centro, Goiânia/GO.



Ao se debruçar sobre o Catechismo de Agricultura (1869), que defende a agricultura brasileira como a primeira das riquezas desta terra, observa-se uma cientificidade proposta pela escola moderna que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos. Nesse contexto, este trabalho visa entender o mundo natural como um ponto de referência no campo das teorias da educação, visto que a natureza assume a forma de disciplina escolar, permeando o campo das práticas educativas. Tomando como referência a história do meio ambiente natural com um caráter científico, este trabalho investiga o projeto instrucional presente no Catechismo de Agricultura dedicado às crianças brasileiras para integrá-las a um projeto civilizador, vislumbrando o uso social e cultural da terra e sua relação entre ciência e prática da agricultura, tanto com a prática da leitura e escrita quanto com o ofício – a arte do fazer.

Diante do exposto e ciente do desafio de trazer a visibilidade de novos impressos no campo da história da educação, colocam-se questões, como: Quais representações foram lançadas sobre o livro de leitura elementar Catechismo de Agricultura? Nesse impresso, qual a concepção de agricultura e trabalho em sua relação com a instrução da criança?

Adentrando na História do Livro: Representações sobre o Catechismo de Agricultura

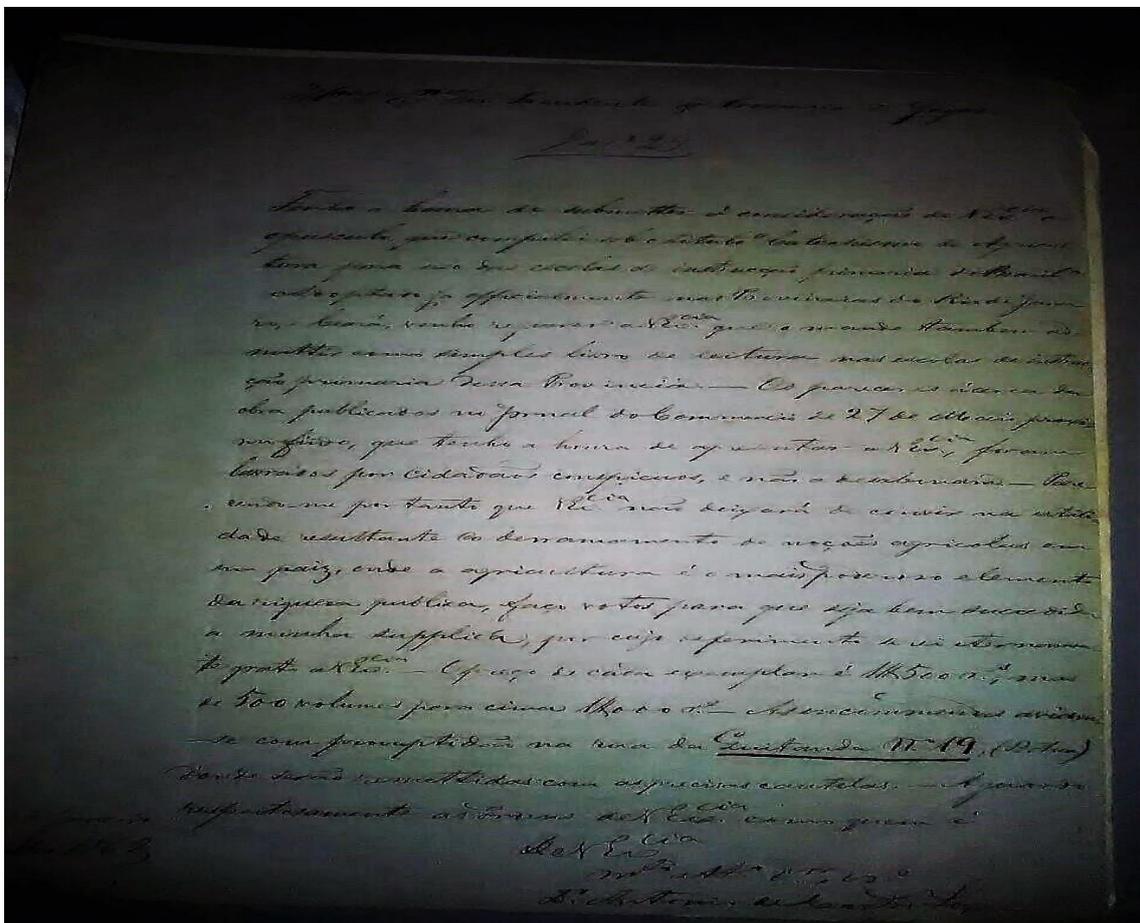
As pesquisas que vêm sendo realizadas no campo dos impressos circulados na Província de Goiás, tanto na instrução primária quanto na secundária, têm levantado fontes como a carta de divulgação do impresso produzido por Antonio de Castro Lopes em 1861. Tal carta, retratada na Figura 1, é um manuscrito de apresentação e divulgação da obra Catechismo de Agricultura, registrando a adoção dessa obra nas províncias do Rio de Janeiro e Ceará, e evidenciando o processo de submissão para aprovação pelo Conselho de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, conforme registra a transcrição:

Conforme tenho a honra de submeter a consideração de Vossa Excelência o opúsculo, que compilei sob o título Catechismo pela Agricultura para uso das escolas de instrução primaria do Brasil. Adaptado já oficialmente nas províncias do Rio de Janeiro e Ceará, venho requerer a Vossa Senhoria que o mande também admitir como simples livro de leitura nas escolas de instrução primaria dessa província – os pareceres acerca da obra publicados no jornal do comercio de vinte e sete de maio próximo findo que tenho a honra de apresentar a vossa excelência foram lavrados por cidadãos conspícuos e não a desabonaram, parecendo me portanto que vossa excelência não deixar de convir na utilidade resultante ao derramamento de nações agrícolas em um pais, onde a agricultura é o mais precioso elemento de riqueza publica, faço voto para que seja bem sucedida a minha supplica por cujo deferimento serei eternamente grato a vossa senhoria, o preço de cada exemplar é 500, mais de 500 volumes para cima, as encomenda aviam de prontidão na rua da Quitanda número 19 onde serão remetidas com as preciosas cautelas aguardando respeitosamente as ordens de Vossa excelência (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).



Após o recebimento do documento de apresentação do opúsculo, foi divulgada uma carta, conforme exposto na Figura 2, na qual foram registradas propagandas em enaltecimento da obra feitas por diferentes Conselheiros, como os de estudo, da agricultura, comércio e ordens públicas, além do relato do Sr. Conselheiro Dr. Thomaz Gomes dos Santos, Diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro, dizendo que “o Cathechismo do Dr. Castro Lopes é escrito em linguagem pura e estilo simples; sua doutrina é adequada às nossas culturas e ao nosso clima; e como livro de leitura é ele muito mais apropriado à idade tenra do que os compêndios de História de que atualmente dispomos” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Figura 1 – Manuscrito de Divulgação do Livro



Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás

Acerca da obra Catechismo de Agricultura, o Ilmo. Sr. João Rodrigues da Fonseca Jordão, professor público da Freguesia da Lagoa, afirma que leu:

[...] com satisfação e direi mesmo que com proveito, o Catechismo pela Agricultura por V. S. composto para uso das escolas primaria do Brasil [...] Só a inoculação de certos princípios



de infância e sobretudo o habito de encarar o interesse pratico de certas ciências e a necessidade de progredir na pratica por meio do estudo serão capazes de dar garrote a rotina: e, se a maior parte dos que tratam a pedagogia julgam útil nas aulas de instrução primaria a lição de princípios primários de agricultura, muito mais necessária é a lição no Brasil, que teve, tem e há de ter sempre na cultura do solo o seu santelmo. Está toda a dificuldade e segredo em saber tratar com a inteligência infantil, sujeita sempre ao império das distrações, ainda pouco refletida e incapaz de receber e discutir noções de certa ordem, com uma inteligência em fim que mais conta com a memória que suga do saber provector, do que com a reflexão que colhe e digere. No meu parecer, V. S. consegui vencer a dificuldade, pois reduziu ao menor volume possível não só os princípios gerais da agronomia, como ainda o que da cultura dos principais produtos do país pode ser concebido e retido pelo aluno de tenra idade. O Catechismo pela Agricultura além de prender a atenção e desafiar a curiosidade sem provocar, por extenso e longo, tédio e cansaço nos leitores para quem é especialmente destinado, reúne duas vantagens inapreciáveis, uma linguagem tão fácil quanto castigada, e o uso de uma ortografia fixa e pura. Agouro, pois, a V. S. uma boa aceitação do seu trabalho, e ao país um proveito real e considerável, se o Catechismo de Agricultura for como é de esperar, adotado em todas as escolas. Não pretendi proferir esse parecer por valor que lhe proviesse da fonte de que emana, mas como um mero sinal do apreço que faço das luzes de V. S., e do seu incansável zelo em prol da instrução (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

O Exmo. Sr. Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Presidente da Província do Ceará, registra no mesmo parecer que, em seu relatório de abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa da mesma província, no ano passado, referiu-se à necessidade de tratar da agricultura e comércio na instrução pública, momento em que mandou:

[...] submeter ao parecer do diretor da instrução pública o Catechismo de Agricultura organizado ultimamente pelo ilustrado Dr. Antonio de Castro Lopes para uso das escolas primarias do Brasil, e tenho de resolver sobre a conveniência de ser adotado o referido catechismo nas escolas primarias da provincia. Não é duvidosa a vantagem de se distribuírem pela população, como se pratica nos Estados Unidos e em outros países, livros de instrução elementar de agricultura, com que se consegue derramar pelo povo o ensino técnico de diferentes espécies de lavoura, e os conhecimentos dos processos e máquinas empregados nestes serviços (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

O campo pedagógico oitocentista brasileiro estava permeado de lutas de representação das mentalidades em um contexto nacional e global marcado por conflitos, tensões, acordos e discriminações. Esse *locus* de impressão, divulgação e adoção de livros de leitura elementar concentrou representações conflitantes acerca das concepções sociais, metodológicas, perpassando inclusive por querelas entre métodos pedagógicos a serem adotados (ALBUQUERQUE; BOTO, 2017).

Nas fontes localizadas no Arquivo Público de Goiás, encontraram-se presentes até o momento desta escrita, somente elogios e enaltecimentos ao impresso do Professor Antonio de Castro Lopes, sendo considerada louvável a iniciativa de derramar pelo povo brasileiro a civilização pela via



do ensino técnico os diferentes conhecimentos dos processos e máquinas empregados no serviço da agricultura.

As representações lançadas por diferentes sujeitos, como Conselheiros e Diretores da Instrução Pública, Ministro Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras ao autor, destacam sua sensibilidade em trazer à tona no cenário da instrução primária, os rudimentos do ensino técnico da agricultura, a partir de um livro que fixa a atenção e desafia a curiosidade da criança, sem provocar tédio e cansaço. A representação do Exmo. Sr. Conselheiro de Estudo Candido Baptista de Oliveira acerca do livro de leitura é valorada com louvor pelo seu método dialógico que resulta em sua opinião em um fácil alcance ao pensamento infantil:

Li com prazer o Catechismo de Agricultura por V. S. composto, e, apesar do rápido exame que dele fiz, pareceu-me que teve V. S. uma feliz ideia o método dialógico, a concisão sem prejuízo da clareza, um estilo ameno e corrente, e finalmente uma linguagem ao alcance da compreensão infantil dão incontestável mérito ao seu livro, que, sem dúvida recebido, será mais uma prova de que V. S. é um cidadão laborioso e devotado à causa da instrução do país (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Ainda do Exmo. Sr. Conselheiro, Ministro Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim José Ignácio:

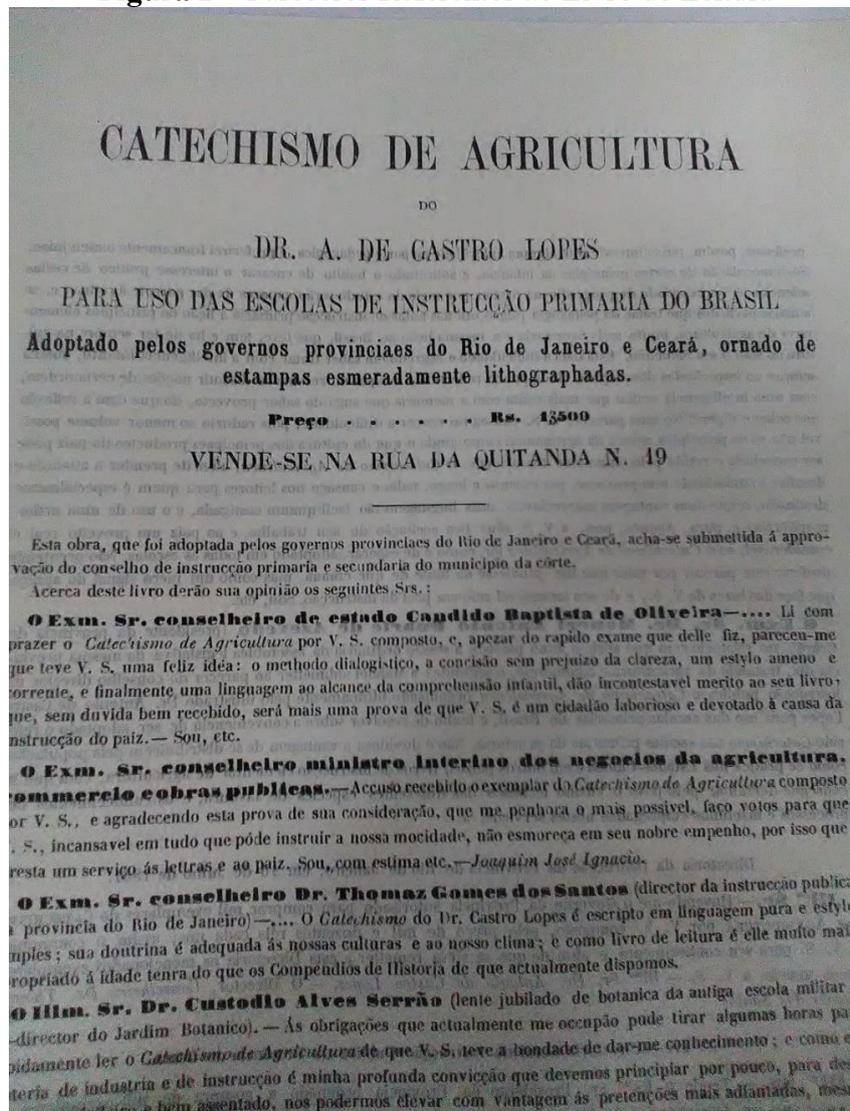
Acuso recebido exemplar do Catechismo pela Agricultura composto por V. S., e agradecendo esta prova de sua consideração, que me penhora o mais possível, faço votos para que V. S. incansável em tudo que pode instruir a nossa mocidade, não esmoreça em seu nobre empenho, por isso que presta serviço as letras e ao país (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Há também um relato do Sr. Conselheiro Dr. Thomaz Gomes dos Santos, Diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro, dizendo que “o Catechismo do Dr. Castro Lopes é escripto em linguagem pura e estylo simples; sua doutrina é adequada às nossas culturas e ao nosso clima; e como livro de leitura é ele muito mais apropriado à idade tenra do que os compêndios de História de que atualmente dispomos” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Dessa forma, as representações lançadas ao autor Antonio de Castro Lopes e ao seu livro de leitura Catechismo de Agricultura (1869) apontam para um enaltecimento do “cabedal de conhecimentos variados, já porque em um país agrícola como é o Brasil, desde a escola nos deve a agricultura merecer toda a atenção” (LOPES, 1869).



Figura 2 – Pareceres Referentes ao Livro de Leitura



Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás

A Organização das Seções do Livro Catechismo de Agricultura

A utilização de um livro de leitura elementar destinado às crianças no período imperial brasileiro como fonte de pesquisa da História da Educação possibilita o acesso a mais informações e fatos desse período, cabendo “ao pesquisador a criatividade e a ousadia de localizá-las – considerando que qualquer vestígio de uma época pode ser utilizado como fonte – e de refabricá-las, considerando as perguntas centrais de sua pesquisa e as condições (institucionais, sobretudo) de que dispõe para realizá-la” (BATISTA; GALVÃO, 2009, p. 35-36).



Ao tratar do Catechismo de Agricultura como fonte histórica, parte-se de uma definição etimológica do termo grego *katecheo* com o significado de “falar em voz alta” ou “ressoar”, podendo ser compreendido sob a ótica do ensinamento religioso. Dessa forma, na Historiografia da Educação Brasileira referente aos oitocentos, os catecismos são apontados segundo pesquisas ligadas ao ensino da leitura nas escolas elementares públicas na condição de manuais utilizados para o aprendizado da religião e da moral.

O mesmo procedimento fora adotado pelas escolas protestantes, segundo declaração de Nascimento (2005) em sua tese de doutorado. Contudo, os catecismos não serviram apenas de suporte para a leitura e a escolarização, foram também veículos que colocavam em circulação determinadas representações sociais sobre um tipo de educação de matriz religiosa a ser dada pelos pais aos filhos (CHARTIER, 2002). Tal educação, entendida como um conjunto de atitudes, hábitos, comportamentos e condutas a serem aprendidos desde a infância, deveria conduzir à assimilação e naturalização de um modelo de relações cotidianas a ser estabelecido entre os membros da família e com a sociedade em que estavam inseridos.

O Catechismo de Antonio de Castro Lopes é organizado em forma de perguntas e breves respostas, possibilitando ressoar ou falar em voz alta as respostas ao mestre. O livro de leitura elementar Catechismo de Agricultura, traz incentivos de maneira simples e estimulantes para as crianças terem gosto e apreço pela agricultura e pelo trabalho com a terra, designada pelo próprio autor como uma riqueza para o país. Nesse sentido, Antonio de Castro Lopes lança sobre esse público lições específicas para aguçar sua curiosidade sobre a agricultura, a partir de noções rápidas e de grande relevância ao seu estudo.

Tal livro foi indicado para uso das Escolas de Instrução Primária do Brasil por possuir uma linguagem clara e objetiva, que facilitava a compreensão do público para o qual foi destinado. O opúsculo é estruturado em forma de perguntas e respostas curtas, organizado em dezenove capítulos. Já na introdução, destinada aos meninos brasileiros, o autor expõe uma valorização da atividade agrícola e do ofício do agricultor:

A agricultura é a primeira das riquezas; a terra cultivada pelas mãos do homem compensa e paga generosamente os esforços do homem. O trabalho do agricultor é abençoado: sua vida corre serena longe do bulício das cidades: a peste, e a doença não entram em casa do lavrador a crença de um Deus bom, providente, e sábio confirma-se cada vez mais no coração do habitante dos campos; depois da afeição da família, ele só conhece a afeição pelas suas plantas: as flores, que nas horas de descanso, cultiva em seu jardim, retribuem-lhe com sua beleza e perfume os seus cuidados; as árvores dão-lhe mimosos frutos, e todas as plantas o



sustento para si, e para os animais, que o ajudam em seu serviço; finalmente o comercio paga lhe a peso de ouro os produtos de sua colheita (LOPES, 1869, s/p).

Dessa forma, o autor atribui aos esforços braçais do homem na prática da agricultura, uma recompensa que a própria plantação lhe proporcionará com sua colheita. Para Lopes (1968), o ofício da agricultura foi e será sempre em todas as nações, o mais nobre e o mais útil. Portanto, desde os tempos remotos aos dias atuais a arte de cultivar a terra se traduz em uma riqueza para a economia do país.

No primeiro capítulo, com o título “Da Agricultura e seus Fins”, o autor aborda o sentido da agricultura como um ofício de cultivar a terra, versa sobre os trabalhos que a envolve como “roteação, saneamento, preparação, estudo da terra, como também a cultivação e venda dos produtos” (LOPES, 1869, p. 1). Destaca a importância do plantio de produtos úteis ao homem e aos animais e da aplicação do capital para garantir melhores meios de produção e, também, o trabalho na busca da execução das atividades peculiares à agricultura.

Ainda nesse capítulo, o autor ressalta a importância da ciência e da prática sendo atividades complementares. A ciência consiste em preparar, conhecer e estudar os assuntos relativos à terra, aos animais, bem como à terra e ao ar. Já a prática é a execução de atividades desenvolvidas pelos lavradores. De acordo com o autor, a prática e a ciência se complementam nos trabalhos da agricultura, caminhando lado a lado, pois “o deixar de estudar a ciência da agricultura faz que os lavradores sigam só a rotina” (LOPES, 1869, p. 2). Nesse sentido, o agricultor não estuda para garantir melhores condições da terra e, conseqüentemente, bom aproveitamento da colheita. Já a prática é um conhecimento empírico que o lavrador possui devido a sua ação.

No segundo capítulo são tratados assuntos como o ar e os principais elementos da sua composição, suas qualidades e a importância para as plantas, os seres humanos e o solo, enquanto que no terceiro capítulo, o tema tratado é o clima. Lopes (1869) explica que cada país possui suas próprias produções, apontando, porém, a possibilidade de aclimação, ou seja, habituar uma espécie de planta e/ou animal em país estrangeiro.

Os capítulos seguintes relacionam a água em sua composição, surgimento e sua relação indispensável à agricultura para a existência e nutrição das plantas. O conceito de plantas e toda sua estrutura orgânica, apresentando todos os órgãos da planta (raiz, caule, folhas, flor) e suas funções, além de trabalhar o solo, a terra e o subsolo. O autor ainda, aborda as preparações da terra, meios de



melhoramentos e tipos de estrumes importantes para a fertilização dos solos. Os últimos capítulos do livro de Lopes são dedicados ao trabalho humano no processo de sementeira e colheita da agricultura. Os temas abordados trazem a especificação da manutenção que se deve fazer na terra cultivada de vegetais e dos trabalhos da colheita, tratando do descanso da terra, da cultura contínua e das queimadas.

Ainda relatando sobre o trabalho humano, o autor menciona a conservação dos produtos em lugares próprios, como granjas, armazéns e celeiros para sua melhor conservação. Na garantia de preservar com qualidade os produtos colhidos, esses locais precisam estar em condições adequadas, devendo os celeiros ser bem ventilados, sem infiltração da água da chuva nas paredes e construídos em alvenaria e cimentados com a construção de estrebarias distantes dele.

Outra precaução a ser tomada é o cuidado com os animais nocivos aos produtos, sendo citado que os ratos, a umidade e o gorgulho são os maiores inimigos dos cereais. Assim indica que esses cereais devem ser armazenados em paióis ou em grandes caixas, para manter os produtos bem acondicionados e livres da infestação desses insetos. O autor cita ainda as moléstias e outros inimigos causadores das doenças das plantas e de alguns cereais.

Livros de Leitura Elementar: Projeto de Instrução da Infância Aliada ao Ofício da Agricultura

Nos séculos XVII e XVIII surgiram movimentos moralistas difusores de uma nova proposta de educação da infância, anunciando o interesse de preservar a moralidade da criança e defender novos padrões de conduta, como saúde, educação e formação moral. Essa nova proposta objetivava desenvolver um ambiente especificamente infantil, diversificado do mundo adulto, firmando “a subjetividade moderna com relação à infância” (BOTO, 2011, p.12).

Esse movimento cultural decorrente do Renascimento foi “acompanhado por práticas de controles minuciosos e ordenados sobre o corpo”, sendo que “adequar-se aos padrões de urbanidade prescritos significava, para os homens da modernidade emergente, adequar-se a um modelo de distinção” (BOTO, 2011, p. 22). O contexto imperial brasileiro remonta às transformações decorrentes dessa atmosfera mental do século XVIII, momento em que se vislumbrava um “Estado-nação a ser esculpido: o sentimento de pátria e a unificação linguística eram dispositivos imprescindíveis para tal empreendimento” (BOTO, 1996, p. 16).

Nesse contexto, objetivava-se edificar a normalização de comportamentos exigidos em uma sociedade moderna e civilizada, momento em que o processo de escolarização engendrou-se a um



ideal de progresso material e mental, assumindo a máxima de que a riqueza da criança pobre se encontrava na escola, local de assepsia e libertação da ignorância. A instrução pública, nesse momento, assumiu uma finalidade de expandir modelos de comportamento que visavam ampliar o conceito de civilidade “em seu uso no século XIX, que o processo de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido” (ELIAS, 1993, p. 113).

Segundo Viana (2016), a noção de civilização cristalizada fez com que as nações europeias passassem a se designar civilizadas e seus políticos, intelectuais e educadores se ocupariam de transmitir às classes mais pobres e às outras nações seus modelos de comportamento e conduta. Nesse sentido, observa-se que a legislação, os livros didáticos, as instituições de ensino, impressos pedagógicos de alunos e professores angariavam essa missão civilizatória de ordenar saberes, unificá-los e divulgá-los nas escolas de primeiras letras.

Dessa forma, a análise de um livro de leitura elementar, que ressoou em várias províncias brasileiras, parte de uma concepção que vai além do conceito de manuais como “produto cultural elaborado, fabricado, comercializado, consumido em um contexto dado” (CHOPPIN, 2002, p.17), visto ser permeada de uma missão, práticas e ritos na instrução primária oitocentista. Na análise desse livro de leitura elementar, observa-se uma proposta de instrução vinculada ao ensino do ofício técnico da agricultura, já que o “pragmatismo tecnicista e o desenvolvimento científico decorrentes da expansão comercial vivida naquele período da Europa Ocidental geraram condições para a formulação de um pensamento pedagógico para a era moderna” (OLIVEIRA, 2005, p. 62). Desse modo, tais transformações adentraram ao pensamento pedagógico brasileiro oitocentista.

Em 1879, foi instituído pelo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho, seguindo as exigências da reforma educacional imposta pela Corte, o ensino de “noções de agricultura e horticultura”, além de atividades industriais na programação curricular das escolas primárias do Império do Brasil. A relevância de instigar noções agrícolas nas crianças partia do pressuposto de que o país possuía sua riqueza alicerçada na agricultura. Porém, Antonio de Castro Lopes já tinha publicado e se preocupado há quase duas décadas com o decreto, com o engendramento da instrução pública ao projeto civilizador e preparatório para um ofício. A arte de lavrar a terra encontrava-se associada à arte de ler, escrever e contar.

Observa-se, assim, uma busca pelo ideal de modernidade engendrada à civilização e à noção de progresso. Dessa forma, a instrução pública “cumpriria ou deveria cumprir um papel fundamental,



que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘nações civilizadas’” (MATTOS, 1987, p. 259). Os governantes, políticos e intelectuais retratavam a escola como um lugar que deveria cessar com as trevas do Período Colonial, moldando “todas as classes” e propagando as Luzes através da instrução pública. Nesse sentido, procedendo ao raciocínio desse ideário, Viana (2016) afirma que:

[...] priorizava-se a razão, vislumbrando a superação da “barbárie” e da “desordem” social. A ausência de civilização era representada pela ignorância e brutalidade da população. Contrapondo-se a essa realidade, havia a figura do professor, personagem responsável pela tarefa de propiciar uma inclusão civilizatória dos educandos na sociedade, por meio da formação disciplinada de futuros homens e cidadãos (VIANA, 2016, p. 344-345).

A ação de educar estava posta como a atitude na qual os alunos obteriam os princípios éticos e morais essenciais ao convívio harmônico na sociedade, ou seja, tinha como intuito a imposição de valores morais e éticos para a preservação da ordem social. Em síntese, instruir assegurava que cada indivíduo com o mínimo de conhecimento sistematizado, cumprisse com seus deveres de homem e de cidadão.

A idealização moderna da concepção de infância coincide com um rompimento entre o mundo dos adultos e a institucionalização das crianças, que se fortaleceu em torno de processos de disciplinarização e modelos de civilidade. Interessava, sobretudo, propor condições necessárias para que a criança deixasse de ter atitudes indesejáveis, que estivessem interligadas por impulsos emocionais e fantasias afetivas.

Nesse contexto, ganham força os discursos como o de Lopes, responsabilizando a infância a olhar com atenção para o bem mais precioso dessa vastidão territorial brasileira: a agricultura. Como afirma Viana (2016), as crianças precisariam assumir uma nova condição civilizatória em seus meios de origem, pela influência da escola. Dessa forma, com os conhecimentos básicos adquiridos de leitura, escrita, aritmética e catecismo, engendrados na delegação de valores morais, considerados essenciais para assegurar a moralização e a instrução das crianças e, posteriormente, de suas famílias.

O catecismo sobre a agricultura destinou-se a esse grupo, que seria de crianças inseridas em um projeto instrucional que vislumbrava transformar o indivíduo livre e pobre em um trabalhador domesticado e educado, em outras palavras, civilizado. Para a constituição desse trabalhador de forma integral, além dos rudimentos da leitura e da escrita, a arte de lavrar a terra tornava-se um ofício projetado de forma teórico-prática em forma de catecismo.



Considerações Finais

Ao debruçar sobre o Catechismo de Agricultura, que defende a agricultura brasileira como a primeira das riquezas desta terra, observa-se uma cientificidade proposta pela escola moderna que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos. Antonio de Castro Lopes, inicia sua obra discorrendo sobre a agricultura e fatores relacionados com o ar, o clima, a água e versa sobre diferentes tipos de animais, como o gado, as abelhas, entre outros, e, apresenta ainda, um calendário agrícola presente no livro como novo manual prático da agricultura intertropical do autor Vigenron Jousselandière.

Objetivou-se compreender a obra de leitura elementar escrita e publicada no Império brasileiro, a partir de um olhar sobre as representações dos Conselheiros e Diretores da Instrução Pública de diferentes Províncias brasileiras e pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, lançadas tanto sobre o autor quanto sobre seu livro de leitura elementar. As fontes localizadas até o momento desse escrito denotavam somente representações de enaltecimento da temática e do livro de Lopes, sendo apresentado com júbilo seu método de dialogicidade e, ainda, sua escrita de fácil apropriação por parte dos pequenos leitores.

Para o desenvolvimento deste escrito, partiu-se do pressuposto de que o livro de leitura Catechismo de Agricultura (1869) do autor Antonio de Castro Lopes, que circulava em diferentes províncias brasileiras, atendia a interesses de determinados segmentos sociais em meio a infundáveis embates. A agricultura apresentou-se, nesse catecismo analisado, sob um prisma de valorização, cuja preocupação se estendia para além do plantio e cultivo da terra. Desse modo, foi introduzida como disciplina no programa das escolas primárias com o objetivo de ampliar os conhecimentos técnicos acerca dessa atividade, considerada pelo autor da obra como a principal fonte de riqueza do país.

Para trabalhar a concepção de agricultura, o autor utilizou 19 capítulos em forma de catecismo, elaborados em uma linguagem simples e objetiva, seguindo o método de perguntas e respostas específicas sobre agricultura, envolvendo temas como solo (melhoramento e preparo), clima, ar, tempo de plantio e cultivo das sementes, colheita, preservação dos frutos, danos causados por pragas, e também informações sobre plantações, como arroz, mandioca, fumo, milho, feijão, além de um capítulo sobre gado. Porém, o conteúdo dessa obra foi organizado nesta pesquisa em forma temática.



Ao final da obra, foi apresentado um calendário agrícola divulgado pelo francês S. V. Jousselandière, que, durante um período de 37 anos trabalhou como lavrador no Brasil. Nesse sentido, compreende-se que a instrução nas escolas de primeiras letras nas diferentes Províncias do Brasil, ao longo do século XIX, em alguma medida tinha seus afazeres do cotidiano influenciados por materiais e métodos de ensino baseados na circulação de saberes internacionalmente postos no território das ideias pedagógicas da Modernidade.

Dessa forma, como as crianças precisariam assumir uma nova condição civilizatória em seus meios de origem para se assegurar a moralização e instrução da infância pelo rito escolar, ampliou-se a produção de materiais didáticos com a finalidade de ensinar os rudimentos da leitura, escrita, aritmética e catecismo e o ofício da agricultura. A discussão apresentada neste trabalho tem ressoado em nossos dias. Isso porque o ensino técnico profissionalizante tem sido problematizado em sua concepção histórica e filosófica de assistência e ofício à determinada classe trabalhadora, sob a égide de um ensino preparatório para os rudimentos e técnicas desassociadas de uma formação omnilateral do sujeito.

Referências

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; BOTO, Carlota. Entre idas e vindas: vicissitudes do método Castilho no Brasil do século XIX. **História da Educação (Online)**, Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 16-37, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n56/2236-3459-heduc-22-56-00016.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Documentos Avulsos**. Caixa 144. Goiânia/GO.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

BORTOLANZA, João. O poeta novilatino carioca Antonio de Castro Lopes (1827-1901).

Humanitas, Coimbra, v. 51, n. 1, p. 301-316, 1999. Disponível em:

<https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas51/12_Bortolanza.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOTO, Carlota. **A escola primária como rito de passagem**: Ler, escrever, contar e se comportar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em:



<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/.../publico/teseBotoCarlotaLD.pdf>>.
Acesso em: 26 jun. 2018.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das luzes. In: FREITAS, Marcos Cesar de; KUHLMANN JR, Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie. 2002. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2002. n. 3. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38731/20260>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação (On Line)**. Porto Alegre, n. 11, v. 6, p. 5-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <>. Acesso em:

ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LOPES, Antonio de Castro. **Catechismo de aAgricultura**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1869.

MATTOS, Luiz Alves. **Primórdios da educação no Brasil: O período heroico (1549 a 1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

VIANA, Fabiana da Silva. A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX. **Percursos Acadêmicos**, Belo Horizonte, v. 6, n.12, jun./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/P.2236-0603.2016v6n12p337/11260>>. Acesso em: 17 jun. 2018.